

**Unila – Universidade Federal de Integração Latino-
Americana, Foz do iguaçu, 28 a 30 de setembro de 2011**

**Organizadores da publicação: Alai Garcia Diniz e Fleide
Daniel de Albuquerque**

Organização, execução e patrocínio: **UNILA e Itaipu-Paraguay**
Parceria: NELOOL/UFSC & Universidad de VIGO

**Nelool – Núcleo de Estudos de Literatura, Oralidade e
Outras Linguagens - www.nelool.ufsc.br**

Junho de 2012

POÉTICA DA GUERRA: AS HISTÓRIAS DE UMA GENTE SEM HISTÓRIA

Adenilson de Barros de Albuquerque (PG – UNIOESTE/Fundação Araucária)

adenilsonbar@gmail.com

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

chicofleck@yahoo.com.br

Introdução

Para além dos textos que se pretendem rigorosamente historiográficos, existe uma quantidade considerável de narrativas que transitam entre a ficção e a história, publicadas entre 1898 e 2009, as quais têm como tema central os conflitos ocorridos em Canudos no ano de 1897. A mais conhecida, e talvez a grande influenciadora de todas as outras subsequentes a sua publicação, é o livro *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha. Este texto revelador de uma face do Brasil, em grande medida desconhecida pela “civilização” litorânea, não pode ser classificado simplesmente como histórico. Devido a sua pluralidade de abordagens, entre outras características que extrapolam qualquer redução, há muito de Geografia, Biologia, Botânica, Topografia, Religião, Política e criação literária. Sua leitura, até hoje instiga interpretações e reinterpretação relativas à Guerra de Canudos.

Outras três obras, cronologicamente próximas à publicação d’*Os Sertões*, porém sem o mesmo destaque e relevância desta, são: *Os Jagunços* (1898), de Afonso Arinos, livro que se aproxima bastante romance histórico tradicional expressivamente difundido por Walter Scott; e os textos mistos entre reportagem, história e ficção *O rei dos jagunços* (1899) de Manoel Benício, e *Accidentes da guerra* (1905), de Egmydio Dantas Barreto. Conforme Thomas Beebe (2007, p. 3), “são os três primeiros “factions” a tratar o assunto de Canudos. [...] estes autores evitaram os gêneros (relativamente) “puros” da Reportagem e da História, recorrendo em compensação a um gênero misto que acrescenta à suposta veracidade a imaginação”.

Após essas quatro publicações direcionadas a apresentar versões explicativas e interpretativas aos conflitos entre as forças armadas republicanas e os seguidores de Antônio Conselheiro, passa-se um período relativamente longo até vir á publico os romances históricos *Capitão Jagunço* (1958), de Paulo Dantas e *João Abade* (1958), de João Felício dos Santos. Ao referir-se a uma matéria de Otto Maria Carpeaux publicada

no jornal *O Estado de São Paulo* a 29 de novembro de 1958, Antônio Esteves (2010, p.60), lembra que *João Abade*

[...] faz uma reflexão sobre o romance histórico. O romance em questão, publicado naquele ano, traz como protagonista o jagunço João Abade, participante da Guerra de Canudos, e propõe uma revisão histórica, por meio da ficção, do tão discutido episódio da história brasileira, imortalizado pela escrita de Euclides da Cunha. A obra de Felício dos Santos, no entanto, ao contrário de muitas das obras que tratam do episódio e que tendem a colocar o foco narrativo no branco civilizado, pretende inverter esse foco, dando voz ao vencido (ESTEVES, 2010, p. 60).

Contudo, por coincidência ou influência propriamente dita, é somente a partir de *La guerra del fin del mundo* (1981), do peruano Mario Vargas Llosa, que surge, no Brasil, uma quantidade realmente expressiva de romances históricos dedicados à temática canudense. É importante ressaltar o caso brasileiro porque, antes do romance de Vargas Llosa, pelo menos outros três foram publicados sob a autoria de escritores estrangeiros. São eles: *A brazilian mistic* (1919), de R. B. Cunninghame Graham (traduzido no Brasil sob o título *Um místico brasileiro* (2002)), *Le mage du sertão* (1952), de Lucien Marchal (sem tradução para o português) e *Ítélet Canudosban* (1970), de Sándor Márai (na tradução brasileira de 2002, o título é *Veredicto em Canudos*).

Aqui, longe de pretender apresentar uma lista definitiva dos romances posteriores ao *La guerra del fin del mundo*, é possível mencionar os seguintes títulos:

A casca da serpente (1989), de José J. Veiga;
Canudos – libelo de um massacre (1990), de Oswaldo Profeta;
As meninas do Belo Monte (1993), de Júlio José Chiavenato;
Cidadela de Deus – a saga de Canudos (1996), de Gilberto Martins;
Canudos – as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano (1997), de Ayrton Marcondes;
O pacificador (2004), de João Berbel;
Luzes de Paris e o fogo de Canudos (2006), de Angela Gutiérrez;
A ressurreição de Antônio Conselheiro e a de seus 12 apóstolos (2007), de Moacir Lopes;

Antônio conselheiro – nem santo nem pecador (2009), de Marcelo Biar; e
O Pêndulo de Euclides (2009), de Aleilton Fonseca.

Nesses romances, é possível depreender distintos vieses ficcionais com que se podem vislumbrar um mesmo evento histórico. Recorrendo-se a abordagens teóricas que perceberam mudanças no modelo do romance histórico tradicional, as quais delinearão vertentes como a metaficção historiográfica (HUTCHEON, 1991), o novo romance histórico (AÏNSA, 1991; MENTON, 1993) e o romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2008), os romances canudenses podem ser lidos e analisados, em maior ou menor medida, como instigadores de novos olhares para um evento que, até os dias atuais, permanece contraditório e obscuro quanto às suas causas e consequências. Os motivos e as condições da guerra em que milhares de pessoas foram mortas, ainda são assuntos controversos e, pela quantidade de romances que os representam, inacabados. Dessa forma, parece não haver dúvidas de que a liberdade ficcional a serviço da (re)escrita da história torna-se uma boa ferramenta para, senão solucionar, pelo menos sugerir leituras e não deixar que uma só verdade pareça sobre um acontecimento sangrento como foi a Guerra de Canudos. Antes, porém, de apresentar características de alguns dos romances aqui mencionados, buscar-se-á discorrer sobre pontos referentes à escrita da história e às características do romance histórico para que se tenha melhor entendimento sobre a relevância do texto ficcional como contribuinte perspicaz e necessário à compreensão do presente a partir de revisitas ao passado.

Escrita da história

A objetividade dos textos históricos é o principal elemento que muitos historiadores opõem à liberdade criativa que constituiria a ficcionalidade das narrativas literárias não comprometidas com acontecimentos reais em tempo e espaço determinados. Mas tanto o fato representado de forma absoluta num texto histórico como a ficção totalmente imaginada sem qualquer tipo de vínculo com a realidade – do autor e do leitor – parecem não ser possíveis. Neste sentido, Walter Mignolo expõe que “quando falamos de literatura e de historiografia, empregamos a linguagem (tanto em função de enunciadores como de ouvintes ou leitores) de acordo com certas normas

determinadas pela comunidade literária ou historiográfica” (1993, p. 123). Dessa forma, percebe-se que o caráter convencional é comum às duas práticas discursivas as quais não funcionariam sem certo conhecimento compartilhado entre autor, obra e público. No âmbito dessas convenções tem-se que a de ficcionalidade não é, segundo o autor, “uma condição necessária da literatura, ao passo que a adequação à convenção de veracidade, ao que parece, é condição necessária para o discurso historiográfico” (1993, p. 125). No entanto, não se deve confundir “convenção de veracidade” com a “verdade” em si já que, entre o historiador e a realidade não mais existente, “que deixou de ser, a relação, nem de completo distanciamento nem de coincidência, só pode ser analógica, de caráter metafórico, o que é compatível com o plano configurativo da narrativa” (NUNES, 1988, p. 33).

Portanto, no plano da construção arbitrária tanto do texto histórico como ficcional, pode haver muito mais semelhanças do que se imagina. Todavia, isso não quer dizer que eles são exatamente a mesma coisa em relação aos eventos de que se ocupam. É nesta direção que Hayden White, em *Trópicos do discurso* (2001), admite uma diferenciação entre eventos históricos e eventos ficcionais “nos modos pelos quais se convencionou caracterizar suas diferenças desde Aristóteles” (2001, p. 137). Entretanto,

embora os historiadores e escritores de ficção possam interessar-se por tipos diferentes de eventos, tanto as formas dos seus respectivos discursos como os seus objetivos na escrita são amiúde os mesmos. Além disso, a meu ver, pode-se mostrar que as técnicas ou estratégias de que se valem na composição dos seus discursos são substancialmente as mesmas, por diferentes que possam parecer num nível puramente superficial, ou diccional, dos seus textos (2001, p. 136).

White não nega a importância dos textos históricos. Mas como crítico dos que defendem a História como uma entidade superior isenta de ideologia, não deixa de insistir, em *Meta-história* (1995), que o labor histórico não é nada mais que uma estrutura verbal na forma de um “discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de explicar o que eram representando-os” (1995, p. 18). O teórico insiste no aspecto tropológico das narrativas históricas ao afirmar que o problema do historiador é construir “um protocolo lingüístico, preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas,

por meio do qual irá caracterizar o campo, os elementos nele contidos, nos seus próprios termos” (1995, p. 45).

Neste sentido, para White, toda obra que se pretende histórica não deixa de apresentar aspectos representacionais caracterizados pela metáfora, reducionistas pela metonímia, integrativos pela sinédoque e negacionais pela ironia assim como qualquer obra dita literária ou ficcional. Todo processo de escrita se reduz a uma seleção de dados “reais” ou não em que o autor obrigatoriamente os direcionam de acordo com o seu ponto de vista (ideologia) ou a sua expectativa em relação ao impacto que seu texto causará. Necessariamente ele estará constituído sob um ou mais trópicos conforme a teoria whiteana a qual entende o processo de “codificação dos fatos contidos na crônica em forma de componentes de ‘tipos’ específicos de estruturas de enredo [como] urdidura de enredo” (2001, p. 100). As proposições resultantes desta confecção do texto histórico geralmente preenchem certas exigências que, conforme explica Michel Foucault, são “complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina; antes de poder ser declarada verdadeira ou falsa, deve encontrar-se [...] no ‘verdadeiro’” (2010, p. 13).

Essas vertentes teóricas, como a proposta por H. White, são críticas aos estudos que se pretendem historicamente inquestionáveis e, principalmente, diferenciáveis quanto à forma como são urdidos. Um caráter polissêmico, convencionalmente estruturado e ideologicamente determinado é o que se percebe nas postulações de todos aqueles que veem nas obras históricas ou literárias nada mais do que construtos discursivos, mesmo que se pretendam metodologicamente diferentes. As condições de produção e a linguagem verbal comum tanto à História como à Literatura as colocam num mesmo bolo discursivo passível de interpretações várias e todas aceitáveis. Conforme White exemplifica ao se referir às representações alternativas, para não dizer mutuamente exclusivas que Michelet e Tocqueville tinham a respeito da Revolução Francesa, os historiadores [escritores] partilham com os seus públicos certas pré-concepções. Assim, a Revolução – ou qualquer outro acontecimento ou não acontecimento – “poderia ser contada, em resposta aos imperativos que eram de um modo geral extra-históricos, ideológicos, estéticos ou míticos” (2001, p. 101). Em outro lugar, para clarificar, o autor expõe que as histórias nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como “estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que ‘comparam’ os acontecimentos nelas expostos a

alguma forma com que já estamos familiarizados em nossa cultura literária” (2001, p. 108).

Não distante em relação aos ensinamentos de Mignolo e White, Paul Ricoeur (1994), em crítica a correntes históricas que, em detrimento do aspecto narrativo, creditam a análise histórica a estruturas políticas, sociais, culturais, religiosas, de longa duração (*École des Annales*) ou a estruturas explicativas fechadas (orientação positivista), afirma ser “a refiguração do tempo pela narrativa [...] a obra conjunta da narrativa histórica e da narrativa de ficção” (p. 136). Posto isso, pode-se afirmar que não existem maiores diferenças entre história e ficção além da hipótese de que “o historiador ‘encontra’ suas histórias e as interpreta, ao passo que o ficcionista ‘inventa’ suas histórias a partir de outras” (JACOMEL & SILVA, 2009, p. 741). Tanto o caráter interpretativo como o inventivo, contidos no texto histórico ou ficcional, admitem uma infinidade de propostas que podem ser respectivamente reinterpretadas ou reinventadas pelos seus leitores. Portanto, outras demarcações fronteiriças até podem ser estipuladas entre História e Literatura; a verdade absoluta não mais.

O romance histórico

A crítica literária aponta que a modalidade romanesca denominada romance histórico tem seu início com as obras *Waverley* (1814) e *Ivanhoe* (1819), do escocês Walter Scott. As narrativas influenciadas pelo modelo scotteano evidenciam informações históricas, em conformidade com as disponíveis na historiografia oficial, como pano de fundo ao desenvolvimento narrativo protagonizado por personagens fictícios. Essa estrutura romanesca é característica do Romantismo. No entanto, não deixa de ser possível vislumbrar obras que tenham esse formato como base na contemporaneidade.

Considerando-se que “a ficção histórica conta uma história que já foi contada, mas a diferença no recontar está no ponto de vista do autor, que lhe dará as características da forma de expressão que utiliza” (SOUZA, 2007, p. 116), é possível identificar, todavia, pelo menos outras três vertentes de romances históricos. Uma delas está representada pelo grupo de obras que se encaixa na categoria que Linda Hutcheon (1991) denominou metaficção historiográfica. Esta tem como principal contribuição problematizar a representatividade escrita dos eventos evidenciando os aspectos

convencionais e arbitrários dos postulados históricos. Dessa forma, “a metaficção historiográfica procura desmarginalizar o literário por meio do confronto com o histórico, e o faz tanto em termos temáticos como formais” (HUTCHEON, 1991, p. 145).

Outra vertente de romance histórico é sugerida pelos teóricos Fernando Aínsa (1991), em “*La nueva novela histórica latinoamericana*”, e por Seymour Menton (1993) em *La nueva novela histórica de la América Latina, 1972-1992*. Conforme Aínsa (1991, p. 83-5), as características do novo romance histórico podem ser entendidas, de modo resumido como: releitura da história pela ficção objetivando dar um sentido e uma coerência à atualidade desde uma visão crítica do passado; impugnação ao discurso legitimador instaurado pelas versões oficiais da história; multiplicidade de perspectivas a qual impossibilita o acesso a uma só verdade histórica; abolição do distanciamento épico; ironia e paródia, às vezes irreverência, ao reescrever histórias conhecidas, sempre com pitadas hiperbólicas e grotescas jogando com a criação linguística do anacronismo e do pastiche, dinamitando crenças e valores estabelecidos; superposição de tempos históricos diferentes; uso de documentação como respaldo à historicidade textual; variedade de modalidades expressivas; releitura distanciada, “pesadillesca” ou acrônica da história, refletida numa escrita paródica; manejo da linguagem como ferramenta fundamental.

Já segundo Menton (1993), as obras características do novo romance histórico apresentam pelo menos seis peculiaridades diferenciadoras do romance histórico tradicional:

1. La subordinación, en distintos grados, de la reproducción mimética de cierto período histórico a la presentación de algunas ideas filosóficas, difundidas en los cuentos de Borges y aplicables a todos los periodos del pasado, del presente y del futuro. [...] las ideas que se destacan son la imposibilidad de conocer la verdad histórica o la realidad; el carácter cíclico de la historia y, paradójicamente, el carácter imprevisible de ésta, o sea que los sucesos más inesperados y más asombrosos pueden ocurrir. 2. La distorsión consciente de la historia mediante omisiones, exageraciones y anacronismos. 3. La ficcionalización de personajes históricos [...]. 4. La metaficción o los comentarios del narrador sobre el proceso de creación [...]. 5. La intertextualidad [...]. 6. Los conceptos bajtianos de lo diálogo, lo carnavalesco, la parodia y la heteroglosia. De acuerdo con la idea borgeana de que la realidad y la verdad históricas son inconocibles,

varias de las NNH proyectan visiones dialógicas al estilo de Dostoievski (tal como lo interpreta Bajtín), es decir, que proyectan dos interpretaciones o más de los sucesos, los personajes y la visión del mundo (MENTON, 1993, p. 42-4).

Como é possível notar, as obras que seguem as características indicadas por Aínsa ou Menton não se preocupam em seguir as informações divulgadas pela História oficial. Ficcionando personagens e situação histórica, o novo romance histórico os apresenta de acordo com as concepções e a liberdade criativa de cada autor. Assim, não se deve estranhar, à leitura de uma obra com tais aspectos, deparar-se com personalidades e “fatos” históricos apresentados de forma completamente insólita, diametralmente oposta às configurações que se tem deles o senso comum. Finalmente, ao indicar uma linha de romances que não segue totalmente aquilo que poderia ser indicado como uma crítica “radical” em relação à escrita histórica tradicional – metaficção historiográfica e o novo romance histórico – mas que não é, também, totalmente dependente das informações históricas ditas oficiais, propôs-se uma quarta categoria. Esta, denominada romance histórico contemporâneo de mediação (FLECK, 2008). Em linhas gerais, as principais características dessa vertente são: a construção da verossimilhança, em grande medida abandonada pelas narrativas do novo romance histórico hispano-americano, para conferir um tom de autenticidade aos eventos históricos narrados no romance; a linearidade cronológica dos eventos recriados, fixando-se neles, sem deixar de manipular o tempo da narrativa; privilegiar visões periféricas em relação aos grandes eventos e personagens históricos, como o fazem muitos novos romances históricos e metaficções historiográficas; linguagem amena e fluída em oposição ao barroquismo e o experimentalismo lingüístico dos novos romances históricos; utilização de recursos como a paródia e a intertextualidade assim como de recursos metanarrativos, ou comentários do narrador sobre o processo de produção da obra, sem que estes se constituam no sentido global do texto (FLECK, 2008, p. 112-4).

Leituras canadenses

Dentre os romances canadenses, se fará aqui menção a aspectos sugeridos nas obras *La guerra del fin del mundo*, de Vargas Llosa e *O pêndulo de Euclides*, de Aeilton Fonseca. Tratam-se, como já ficou em certa medida explícito, de releituras

atualizadas dos acontecimentos que envolveram os conflitos armados, entre soldados do exército republicano do Brasil e os seguidores de um “religioso” chamado *el Consejero*/o Conselheiro, que originaram o que se conhece como Guerra de Canudos (1987). *La guerra del fin del mundo* apresenta personagens e eventos históricos que se somam a personagens e eventos ficcionais os quais todos, diretamente ou não, se veem participantes no intuito de caracterizar os conflitos iniciados e realizados de forma insólita. *O pêndulo de Euclides*, pelas vias da ficção, expõe as características históricas atuais da região e dos habitantes de Canudos à procura de respostas para um assunto – os conflitos de 1897 – que ainda não está encerrado. Assim, tendo em vista essas recorrências históricas e ficcionais urdidas num mesmo texto, pode-se compreender os romances de Vargas Llosa e de Aleilton Fonseca como representações “intencionais” de acontecimentos passados, contudo, sendo obras que não têm como objetivo apresentar explicações totalizantes.

Um aspecto interessante em *La guerra del fin del mundo* configura-se da seguinte forma: num anoitecer em que jogam cartas, alguns oficiais de alta patente, na casa *del Fogueteiro*, uma entre as milhares construídas em Canudos a qual o avanço das tropas já detinha domínio, surge uma discussão a respeito de *Antonio Consejero* e dos *bandidos*. Um dos capitães diz que a explicação de Canudos é *el mestizaje, esa mezcla de negros, indios y portugueses que ha ido paulatinamente degenerando la raza hasta producir una mentalidad inferior, propensa a la superstición y al fanatismo* (VARGAS LLOSA, 1981, p. 469). Um coronel rebate essa opinião afirmando ser Canudos obra dos inimigos da República: *no es la raza sino la ignorancia la explicación de Canudos*. Entretanto, o General Oscar – comandante do massacre final em Canudos –, quando os outros oficiais partem, fica pensativo em relação às opiniões que ouvira:

¿Cuál es la explicación de Canudos? ¿Taras sanguíneas de los caboclos? ¿Incultura? ¿Vocación de barbarie de gentes acostumbradas a la violencia y que se resisten por atavismo a la civilización? ¿Tiene algo que ver con la religión, con Dios? Nada lo deja satisfecho (VARGAS LLOSA, 1981, p. 469).

No que publicaram os jornalistas que acompanharam a última expedição, não se pode confiar. Já que tinham orientação para encontrar/construir *pruebas flagrantes de conspiración monárquico-británica* (VARGAS LLOSA, 1981, p. 394). Dessa forma, uma das explicações que parece aceitável, porém não suficiente para entender Canudos

como forma de resistência ao sistema republicano, é a dada pelo *periodista míope* o qual comenta que os seguidores *del Consejero* [estavam convencidos] *de que la mornarquía cayó por haber abolido la esclavitud. Todos en Canudos creían que la República era esclavista, que quería restaurar la esclavitud* (1981, p. 435).

Em *O pêndulo de Euclides*, um professor francês encerra sua conferência dizendo, em tom de máxima, que, “mais de cem anos depois, a guerra era um tema exaurido. Nada de novo havia a dizer ou acrescentar. Tudo estava dito, registrado, lido e analisado” (FONSECA, 2009, p. 14). O narrador/personagem, contudo, ao ouvir essas palavras, ficou inquieto. Resolve viajar a Canudos e escrever um livro.

Certamente o conferecista quis dizer que a história de Canudos está devidamente assentada nos livros, nos ensaios, nos romances, na poesia, no cordel, nas fotos e nos jornais da época. Um acervo que dá conta dos fatos e de suas consequências históricas e sociais. Mas tudo isso esgota mesmo a história da guerra? Nada mais há além do silêncio? Nada mais ecoa nos campos calcinados da memória que subjazem nas águas? Só nos resta interpretar as marcas do passado? De certa forma, sim. De alguma maneira, não. É certo que textos, objetos e documentos falam por si. E as vozes do sertão? O que elas têm a dizer? Lembrei-me de uma célebre frase de um escritor francês André Gide, que nos ensina: “Tudo já está dito; mas, como ninguém escuta, é preciso sempre recomeçar.” O conferenciasta fora enfático ao afirmar: “Canudos é um tema exaurido.” Discordei na hora. Não, não é, pensei comigo mesmo. (2009, p. 14).

Neste sentido, partindo-se do pressuposto de que *La guerra del fin del mundo* não se apresenta como uma obra que pretenda “explicar” a(s) causa(s) dos eventos ocorridos na Guerra de Canudos de maneira totalizante; de que *O pêndulo de Euclides* procura “desenterrar” aspectos de um tema “exaurido”, esses dois romances podem ser analisados em contraponto a textos “históricos” e “ficcionais” que têm como tema o sertão nordestino no período em que ocorreu o conflito entre as forças armadas oficiais e os seguidores do *Consejero*/Conselheiro. Um dos textos basilares que inevitavelmente remete o leitor ao tomar conhecimento do romance de Vargas Llosa, como já ficou escrito na primeira parte desse trabalho, é o clássico brasileiro *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha. Por causa de similaridades e diferenças entre os textos de Llosa e Cunha, surgem opiniões díspares entre estudiosos contemporâneos. Para Walnice Nogueira Galvão, em entrevista à *Revista E*, Mario Vargas Llosa “pegou *Os Sertões*, uma obra de arte, um monumento, uma coisa complexíssima, e transformou num best-

seller, tirando toda essa complexidade, tornando uma coisa banal, e vendeu montanhas”.

João B. Cardoso, menos raivoso, afirma que a

[...] comunidade de Canudos como foi mostrada n'*A guerra do fim do mundo* é mais desenvolvida que a mostrada n'*Os Sertões*, pois Euclides da Cunha viu um povo num estágio essencialmente primitivo, o mesmo ocorreu em Vargas Llosa, mas o primitivismo aqui apresentava traços mais elaborados que deixou a comunidade mais próxima da civilização (2005, p. 107-8).

O ponto de vista de Galvão parece demasiado conservador com o caráter experimentalista de romances que, “além do intenso trabalho com a linguagem, buscam a distorção dos materiais históricos ao incorporá-los na diegese ficcional pelo emprego de histórias alternativas, apócrifas, anacrônicas” (FLECK, 2007, p. 160).

Seymour Menton, ao analisar a obra de Vargas Llosa em questão, destaca que “*su poca satisfacción con una sola explicación absoluta, positivista y determinista, constituye, en realidad, un cuestionamiento de las explicaciones geográfica y racial de Euclides da Cunha en Os Sertões*” (1993, p. 84). Neste sentido, entende-se que *La guerra del fin del mundo* provoca a possibilidade de discussões sobre o caráter híbrido de Canudos, no sentido de uma “tensão entre elementos díspares [que] gera novos objetos culturais que correspondem a tentativas de tradução ou de inscrição subversiva da cultura de origem em uma outra cultura” (BERND, 1998, p. 18), em detrimento dos absolutismos recorrentes que procuram explicar o enigmático fenômeno que teve como figura central *el Consejero*.

Já em relação ao texto de Aleilton Fonseca – escritor que reclama o fato da Guerra de Canudos e d’*Os sertões* não serem devidamente trabalhados nas escolas –, o poeta Luís A. Cajazeira Ramos, na orelha do livro, escreve que *O pêndulo de Euclides*

[...] vem preencher uma lacuna. A Guerra de Canudos Continua. A luta do sertão ainda sangra. O sertanejo ainda é um forte. Nada está encerrado e pacificado. A escritura da guerra não está completa. Não sem antes ouvirmos o que tem a dizer Aleilton Fonseca. Não sem pararmos para escutar a voz que vem dos sertões (2009).

Dessa forma, *O pêndulo de Euclides*, ao buscar no tempo presente explicações para lacunas históricas não devidamente explicadas, mais de cem após o término da guerra, apresenta-se como um romance repleto de imagens e sugestões que, se não

“verdadeiras”, são pelo menos dignas de atenção. Isto, devido as suas qualidades instigantes de se propor uma reflexão crítica da atualidade política e cultural canudense a partir de sua história passada. Neste sentido, os textos de Vargas Llosa e Fonseca, antes de serem lidos como duas simples representações ficcionais em diálogo com registros históricos referentes a um período da história do Brasil, devem ser encaradas, antes de tudo, como releituras vivas e críticas que estão longe de se deixarem convencer por versões oficializadas e reducionistas.

Ao respeitarem muitas informações há muito aceitas por estudiosos da Guerra de Canudos, os dois romances aqui abordados não se apresentam como contrários radicais da história, nem pretendem configurar-se como metaficções plenas apesar de reflexões, de autor e personagens, em alguns momentos, sobre o processo da escrita. Assim, por transitarem entre a “oficialidade” histórica e algumas das características sugeridas nas teorizações do novo romance histórico, sem, contudo, tê-las como modelos rígidos a seguir, os romances de Llosa e Fonseca, apesar dos vinte e oito anos de diferença relativos às suas datas de publicação, podem ser analisados, de modo considerável, como romances históricos contemporâneos de mediação. O primeiro, no sentido de revelar uma polifonia em que todos os lados estão, ao mesmo tempo, certos e errados, e o segundo, como uma busca de preenchimento de lacunas e de reflexão crítica do presente canudense.

Portanto, a Guerra de Canudos, evento estudado e representado sob diferentes perspectivas e metodologias desde o seu término em 1897, certamente tem nos romances históricos importantes divulgadores de suas facetas. Como permanece até hoje motivo de muitos questionamentos, principalmente em relação às características da população que compunha o arraial de Belo Monte e das verdadeiras relações que envolveram os conflitos entre republicanos e conselheiristas, as releituras da história, mediante as liberdades da escrita assumidamente ficcional, contribuem bastante à compreensão de acontecimentos tão multifacetados e plurais. Revisitar o passado por meio de perspectivas aliadas aos recursos como os da paródia e da carnavalização, os quais ajudam a inverter valores muitas vezes arraigadamente marcados, ajudam o leitor a considerar muitas possibilidades de se avaliar o tempo passado e o tempo presente, sem ter que se limitar às elaborações de uma única “verdade”.

Referências

-
- AÍNSA, Fernando. La nueva novela histórica latinoamericana. In. *Plural*. 240. p. 82-85. México, 1991.
- ARINOS, Afonso. *Os jagunços*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- DANTAS BARRETO, Emídio. *Acidentes da Guerra*. Rio Grande do Sul, Ed. Liv. Rio-Grandense, 1905. 2ª edição: Recife, Livraria Econômica, 1984.
- BENICIO, Manoel. *O rei dos jagunços*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1997.
- BERBEL, João. *O pacificador*. São Paulo: Farol das Três Colinas, 2004.
- BERND, Flora (org). *Escrituras híbridas: estudos em literatura comparada interamericana*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- BIAR, Marcelo. *Antônio Conselheiro – nem santo nem pecador*. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2009.
- CARDOSO, João Batista. As trilhas da ficção no mapa da História: uma viagem à guerra do fim do mundo. *Linguagem – Estudos e Pesquisas*, Catalão, vol. 6-7 – 2005.
- CHIAVENATO, Júlio José. *As meninas do Belo Monte*. São Paulo: Scritta, 1993.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CUNNINGHAME GRAHAM, R. B. *Un místico brasileiro*. Trad. Eleonora Basso. Montevideo: La Banda Oriental, 2001.
- DANTAS, Paulo. *Capitão Jagunço*. São Paulo: IBRASA, 1987.
- FLECK, Gilmei Francisco. A conquista do 'entre-lugar': a trajetória do romance histórico na América. *Gragoatá* (UFF), v. 2. sem, p. 149-167, 2007.
- FLECK, Gilmei F. “O romance, leituras da história: a saga de Cristóvão Colombo em terras americanas”. Tese. Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras. Assis, SP, 2008.
- FLECK, Gilmei F. Gêneros híbridos da contemporaneidade: o romance histórico contemporâneo de mediação – leituras no âmbito da poética do descobrimento. In: RAPPUCCI, C.A; CARLOS, A. M. (Orgs.). *Cultura e Representação – ensaios*. Assis/SP: Triunfal, 2011.
- FONSECA, Aleilton. *O pêndulo de Euclides*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. BARBACHAN, Graciano. Disponível em <<http://letrasuspdownload.blogspot.com/>>. Acesso em: 25, jan., 2010.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Revista e*, nº 154. Disponível em http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas/revistas_link.cfm?Edicao_Id=368&Artigo_ID=5629&IDCategoria=6482&reftype=2 Acesso em: 15, jun., 2010.
- GUTIÉRREZ, Angela M. R. *Luzes de Paris e o fogo de Canudos*. Fortaleza: Edições UFC, 2006.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LOPES, Moacir C. *A ressurreição de Antônio Conselheiro e a de seus 12 apóstolos*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- JACOMEL, Mirele Carolina Werneque; SILVA, Marisa Correa. “Discurso histórico e discurso literário: o entrelace na perspectiva da metaficção historiográfica”. In: CELLI –

-
- Colóquio de Estudos Lingüísticos e Literários. 3, 2007, Maringá. Anais... Maringá, PR, 2009, p. 740-748.
- MÁRAI, Sándor. *Veredicto em Canudos*. Trad. Paulo Schiller. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MARCONDES, Ayrton. *Canudos – As memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano*. São Paulo: Best Seller, 1997.
- MENTON, S. *La nueva novela histórica de la América Latina: 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças: da Literatura que parece História ou Antropologia, e vice-versa. In. CHIAPPINI, Lígia & AGUIAR, Flávio Wolf de. *Literatura e História na América Latina*. São Paulo, SP: Edusp, 1993. p. 115-135.
- NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In. *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro, RJ: Imago Ed., 1988.
- PROFETA, Oswaldo. *Canudos: libelo de um massacre*. São Paulo: Presbiteriana, 1990.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. V. I. Trad. Constança M. Cesar. Campinas, SP. Papyrus, 1994.
- SANTOS, João Felício. *João Abade*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- SOUZA, Wagner de. “Entre a fé cega e a faca amolada: representações ficcionais do cangaço”. Tese. Curitiba, PR. UFPR, 2007.
- VARGAS LLOSA, Mario. *La guerra del fin del mundo*. Barcelona: Seix Barral, 1981.
- VEIGA, José J. *A casca da serpente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. MELO, José Laurêncio de. São Paulo, SP: Edusp, 1995.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a Crítica da Cultura*. Trad. NETO, Alípio Correa Franca. São Paulo, SP: Edusp, 2001.